



CARTILHA PLEBISCITO CONSTITUINTE

2ª edição

- Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
- Associação Brasileira de Imprensa (ABI)
- Assembleia Popular (AP)
- Agenda Pública - SP
- Associação Brasileira de ONG's (ABONG)
- Associação Brasileira dos Pesquisadores pela Justiça Social (ABRAPPS)
- Central de Movimentos Populares (CMP)
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC)
- Coletivo de Entidades Negras (CEN)
- Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)
- Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (CONTRAF - CUT)
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
- Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB)
- Consulta Popular
- Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)
- Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)
- Corrente Nacional do PT "O Trabalho"
- Corrente PSOL - Movimento de Esquerda Socialista (MES)
- Federação dos Sindicatos de Engenheiros (FISENGE)
- Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)
- Federação Única dos Petroleiros (FUP)
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
- Fórum de Combate à Corrupção
- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
- Frente de Lutas de Juiz de Fora
- Frente Nacional dos Torcedores
- Grito dos Excluídos
- Jubileu Sul
- Juventude Revolução
- Levante Popular da Juventude
- Mandato Deputada Estadual Inês Pandeló - PT/RJ
- Mandato Deputada Federal Erika Kokay - PT/DF
- Mandato Deputado Estadual José Ricardo - PT/AM
- Mandato Deputado Federal Chico Alencar - PSOL/RJ
- Mandato Deputado Federal
- Padre Tom - PT/RO
- Mandato Deputador Federal Renato Simões - PT/SP
- Marcha Mundial das Mulheres
- Movimento Camponês Popular (MCP)
- Movimento de Ação e Identidade Socialista (MAIS)
- Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE)
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD)
- Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC)
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- Movimento Mística e Revolução (MIRE)
- Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC)
- Movimento Nacional Fé e Política
- Movimento Nacional pela Soberania Popular frente a Mineração (MAM)
- Movimento Popular Pró Moralização do Legislativo (MPMPL/ Juiz de Fora - MG)
- Movimento Reforma Já
- Partido Comunista do Brasil - PCdoB
- Partido dos Trabalhadores - PT
- Pastoral Afro
- Pastoral da Juventude Rural (PJR)
- Pastoral Da Moradia
- Pastoral Do Migrante
- Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política
- Rede Ecumênica da Juventude (REJU)
- Rede Fale
- Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)
- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)
- União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)
- União Nacional dos Estudantes (UNE)
- Via Campesina Brasil

Todo poder ao Povo

Por um plebiscito popular para uma Constituinte Exclusiva e Soberana que garanta ao povo o direito de mudar o sistema político

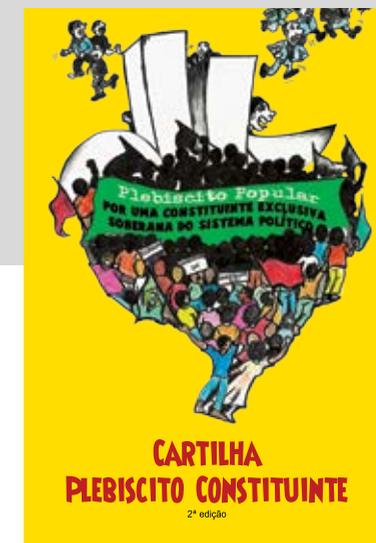
Todos os brasileiros e brasileiras têm direito a um sistema político que lhes garanta representação e participação e que assegure, de fato, que demandas, desejos e problemas sejam tratados conforme as reais vontades e necessidade da maioria. Hoje, não é assim. Por isso, os movimentos sociais produziram esta publicação que tem o objetivo de informar e multiplicar a informação sobre a importância de uma reforma política no Brasil.

Uma mudança que avance além do sistema eleitoral e crie mecanismos para dar ao povo condições de influir efetivamente nas decisões do País. Para atingir esse objetivo, defendemos um instrumento fundamental que assegure aos próprios cidadãos a possibilidade de convocar plebiscitos e referendos - algo que hoje somente o Congresso Nacional pode fazer.

A partir de um plebiscito popular, o povo dirá sim ou não a uma Constituinte Exclusiva e Soberana composta por cidadãos e cidadãs eleitos/as exclusivamente para mudar o sistema político, e não pelo Congresso Nacional.

Em setembro de 2013, a Plenária Nacional dos Movimentos Sociais aprovou a realização de um Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. A Plenária também definiu que a pergunta será única: "Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?"

Até lá, temos muito trabalho pela frente. Por isso, nas páginas a seguir falamos como poderemos fazer essa luta que contribuirá decisivamente para a democratização do Brasil.



Junte-se ao Plebiscito Popular!!!	5
O Povo Muda	
Uma Constituinte Exclusiva e Soberana para mudar o sistema político	6
Por que a Constituinte deve ser Exclusiva e Soberana?	7
Que mudanças precisamos?	8
Mudanças Políticas	
A retomada da ofensiva para avançar nas conquistas populares	9
Ação e Organização	
A importância das lutas econômicas	10
As Mudanças Políticas	
O que pode mudar com um novo sistema político	11
Caminho para avançar na democratização	12
Participação e Representação	
Propostas sairão de dois eixos principais	13
Aperfeiçoar a democracia representativa	14
Enfrentar o poder econômico	15
Participação	
Garantir representação popular	16
A sub-representação da mulher	17
A sub-representação da população negra	18
A sub-representação Indígena	19
A sub-representação da juventude	20
O Povo Decide	
A participação social	21

Fortalecimento da democracia direta	21
A participação social	22
Fortalecimento da democracia direta	22
O que é um plebiscito?	23
População disse não à Alca	24
Por que um plebiscito popular?	25
Para construir um plebiscito popular sobre a Constituinte Exclusiva precisamos	25
Ação e Organização	
A preparação do plebiscito popular	26
Como participar do Plebiscito Popular	
Procure um comitê popular perto de você	27
Crie um comitê popular pela constituinte	28
Em que locais é possível organizar comitês populares	29
Que atividades o comitê pode organizar	30
Que atividades o comitê pode organizar	31
Preparação da votação, das urnas e da contagem de votos	32
Articulação entre os comitês locais, municipais e estaduais	33
Contribua com o plebiscito popular	34
Contatos da Campanha	35
Contatos nacionais e estaduais	35
Glossário	36
Expediente	

Centenas de milhares de jovens, trabalhadoras e trabalhadores nas ruas em junho e julho de 2013 deram um recado para as atuais instituições do país: elas não nos representam!

Assim, as mobilizações escancararam o fosso que existe entre a maioria oprimida da nação e as atuais instituições, que só estão aí para resguardar os interesses da minoria privilegiada das classes dominantes no Brasil.

A reforma do sistema político, necessária para avançar na conquista da democracia, da soberania e das necessidades de todos os setores oprimidos, mais do que nunca está na ordem do dia. Uma vez mais, o Congresso Nacional, dominado por representantes dos grandes grupos econômicos que financiam as campanhas eleitorais, tenta bloquear qualquer mudança de fundo no sistema político.

Se a maioria dos deputados e senadores recusa-se a alterar o sistema político que garante seus privilégios, nós, entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, da juventude, dos movimentos democráticos e populares, decidimos organizar e realizar o Plebiscito Popular com a questão:

Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?

Esta é a pergunta que chamamos todos e todas à responder. Desde este 15 de novembro de 2013, quando lançamos a campanha pelo Plebiscito Popular, faremos plenárias nos estados, momentos formativos, publicações, mobilizações para construir coletivamente um amplo debate, que terá como ponto de chegada a semana da pátria, de 01 a 07 de setembro de 2014.

Construa conosco nos bairros, escolas, sindicatos, movimentos e locais de trabalho os Comitês para organizar o Plebiscito Popular para que do 01 ao 07 de setembro possamos - ao devolver a palavra para o povo brasileiro, para que seja ele a definir os rumos do país - ter milhões dizendo: Sim a uma Constituinte exclusiva e soberana que faça a reforma do sistema político de nosso país!

Vamos levar os resultados do Plebiscito Popular a todas as autoridades e poderes da República: queremos que os interesses da maioria explorada e oprimida que constrói a riqueza da nação sejam respeitados e representados nas instituições políticas de nosso país!

Lançamento Oficial da Campanha
Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político
Brasília, 15 de Novembro de 2013

Uma Constituinte Exclusiva e Soberana para mudar o sistema político

A Assembleia Nacional Constituinte, ou simplesmente Constituinte, é a realização de uma assembleia de representantes eleitos pelo povo para modificar a economia e a política do país e definir as regras, instituições e o funcionamento das instituições de um Estado, como o governo, o Congresso e o Judiciário. Suas decisões resultam em uma Constituição. A Constituição brasileira atual é de 1988.

Na proposta de uma constituinte exclusiva os representantes eleitos exercerão exclusivamente o poder soberano de definir politicamente o Estado brasileiro, consultando de forma criativa a cidadania e retornarão à sua vida de cidadãos e cidadãs iguais aos demais ao término desse processo. Isso é diferente do que foi a Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

A Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político deve servir para enfrentar os problemas do povo brasileiro, realizando reformas que, no quadro da própria democracia burguesa, não foram realizadas, como as reformas agrária, urbana, tributária e outras mudanças que assegurem a igualdade de direitos econômicos, sociais e civis.

Por que é necessária?

Os milhões que em junho de 2013 saíram às ruas por transporte, saúde e educação de qualidade revelaram um fosso entre o povo e as instituições - o Judiciário, os governos e os legislativos, sobretudo o Congresso Nacional -, que ficaram merecidamente abaladas.

A situação foi tal que a presidenta Dilma Rousseff foi à TV propor um Plebiscito para uma Constituinte Exclusiva por uma reforma política, proposta rapidamente atacada pelos setores reacionários da sociedade, como ruralistas e grandes empresários, líderes do PMDB e do PSDB, juízes do STF etc.

Todos esses fatos colocaram na ordem do dia a necessidade de uma Constituinte Exclusiva e Soberana no Brasil, para mudar o sistema político e abrir caminho ao atendimento das demandas e aspirações populares defendidas pela maioria da população, como educação, saúde e transporte públicos de qualidade, reformas agrária e urbana, reestatização das empresas privatizadas, monopólio estatal do petróleo com uma Petrobras 100% estatal e direitos iguais para todos os cidadãos e cidadãs.

Por que a Constituinte deve ser Exclusiva e Soberana?

Quando a ditadura no Brasil foi derrotada, em 1985, o movimento das massas colocou na ordem do dia a necessidade de novas instituições no País. Esse movimento foi contido pelos acordos entre as cúpulas do regime e dos extintos partidos Arena e MDB.

A Constituinte de 1988 é, assim, parte dessa contenção, da “transição conservadora”, sem ruptura. As eleições para a Constituinte de 1988 foram feitas sob regras herdadas da ditadura. De manhã, funcionava o Congresso Nacional (a Câmara e o Senado), à tarde, os mesmos congressistas formavam a Assembleia Constituinte, que não tinha soberania, pois estava sob tutela do Judiciário e do governo saídos da transição conservadora do Colégio Eleitoral.

Apesar de avanços nos direitos sociais e alguns que ficaram somente no papel, a Constituição de 1988 preservou muitas instituições criadas ou aprofundadas pelo regime militar, como a polícia militarizada, a manutenção da estrutura fundiária e o pagamento da dívida pública.

E integrou a Anistia aos militares, torturadores e assassinos, que continuam até hoje impunes.

É por isso que a proposta de uma Constituinte para fazer a mudança do sistema político deve ser, em primeiro lugar, Exclusiva, ou seja, com representantes eleitos exclusivamente para a Constituinte. Esses representantes devem ser eleitos sob novas regras e não as existentes hoje e que mantêm a lógica da ditadura. A Constituinte Exclusiva e Soberana deve ser unicameral, ou seja, sem o Senado, e com uma pessoa um voto.

Só assim, elegendo sob novas regras, teremos uma Constituinte Exclusiva e Soberana capaz de mudar o sistema político brasileiro e de adotar decisões que, efetivamente, representem os anseios do povo trabalhador organizado.

É preciso dar a palavra ao povo!

Que mudanças precisamos?

A mudança política elaborada por uma Constituinte Exclusiva e Soberana que tenha sido conquistada em plebiscito popular é a chance real para livrar a política brasileira do poder econômico, abrir canais de participação direta e permitir a expressão institucional da correlação de forças na sociedade.

A reforma abrirá caminho para a conquista de muitas outras mudanças necessárias e que interessam à população. Ao elegermos a reforma política como prioritária, damos passo estratégico visando fortalecer as forças populares e avançar na disputa e conquista do poder. O acerto dessa opção é reforçado por uma análise da história recente do País.



A retomada da ofensiva para avançar nas conquistas populares

Uma profunda mudança do sistema político poderá corrigir as distorções que, no final dos anos 1980, foram decisivas para conter as forças populares na luta contra a ditadura e refrear as mudanças.

Nos anos 1990, o avanço neoliberal apoiado pela mídia, provocou um refluxo dos movimentos sociais que nos colocou na defensiva. Nos últimos dez anos, as políticas redistributivas e sociais, conquistadas por meio das lutas, recuperaram, relativamente, a capacidade de articulação dos setores populares e abriram nova conjuntura. Agora, mais uma vez e sob novo impulso, nos defrontamos com a necessidade de realizar reformas para avançar nas conquistas populares.



A importância das lutas econômicas

Protestos populares sempre aconteceram no Brasil. Mas os ocorridos a partir de junho de 2013, recolocaram em cena uma luta central: a disputa pelo recurso público, em grande parte sequestrado por grandes grupos econômicos por meio do pagamento da dívida e da alta de juros. Apesar da complexidade dos protestos por reunir forças progressistas e outras nem tanto, um traço evidente nas ruas foi o desejo manifestado por parcelas dos setores populares e médios por mais investimentos em educação, saúde, transporte, moradia e segurança.

Os manifestantes fizeram reivindicações econômicas e por direitos que são, também, uma revolta contra a própria política, ou melhor, contra a política que a mudança que defendemos quer enterrar de uma vez por todas. Isso nos coloca diante de um verdadeiro desafio, cuja compreensão e enfrentamento adequados serão cruciais ao objetivo de atingir amplas parcelas da população, fazendo do plebiscito uma manifestação política em grande escala. É na luta por suas reivindicações que o povo se conscientiza sobre o papel do atual sistema político na contenção das conquistas que interessam à maioria.

As manifestações

- 89% da população disseram ter apoiado as manifestações;
- 46% dos manifestantes disseram nunca ter participado de manifestações de rua;
- 63% tinham entre 14 e 29 anos;
- 49% têm renda acima de 5 salários mínimos;
- 87% se mobilizaram por meio das redes sociais;
- 61% declararam ter muito interesse em política;
- 64,9% acham que manifestações vão interferir nos resultados das eleições de 2014;
- 29,9% alegaram motivos políticos, como corrupção, para protestar;
- 55% acham que as manifestações visaram corrupção;
- 40% defendem que próxima pauta dos jovens deva ser a melhoria da saúde;
- 20% acreditam que a educação deveria ser a principal reivindicação das ruas.

Fontes: pesquisas da CNT, Ibope (feita em 7 capitais) e DataFolha, realizadas entre junho e agosto de 2013

O que pode mudar com um novo sistema político

O povo está descrente do sistema político. Milhões de brasileiros e brasileiras não veem na política o caminho para tornar realidade seus desejos legítimos e justos de avanços sociais. A ação da mídia tem contribuído para desqualificar a política e qualquer solução coletiva aos problemas comuns. Mas não somente.

Ainda existe uma estrutura oligárquica - machista, racista e profundamente excludente. Assegurar a participação de jovens, mulheres, das populações negra e indígena, homoafetiva, trabalhadores/as e pobres nos espaços de poder não é apenas garantir a diversidade, mas sim permitir, também, a possibilidade de que o povo tenha voz e suas demandas sejam atendidas.



Caminho para avançar na democratização

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Será que é assim? Mas é desta forma que a nossa Constituição define o sistema político atual.

A Constituição afirma que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “garantir o desenvolvimento nacional”, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”.

Contudo, nosso sistema político sempre serviu e é estruturado para atender interesses das elites políticas, econômicas, sociais e culturais.

O Brasil necessita de reformas estruturais que mudem o papel de suas instituições criando uma nova institucionalidade e que avancem na democratização. As reformas agrária, urbana, tributária, do Judiciário, da educação, da saúde, a democratização dos meios de comunicação e outras têm pouca ou nenhuma chance de avançar em um Congresso Nacional composto por parlamentares eleitos com o dinheiro dos empresários e que defendem interesses contrários ao da maioria do povo.

Portanto, a realização de uma reforma no sistema político é determinante para o avanço das demais reformas estruturantes, desde que calcada no interesse público acima do privado. Essa é a garantia para o amadurecimento definitivo das instituições democráticas brasileiras.

As mudanças políticas não devem servir apenas para buscar soluções ligeiras ou contornar uma conjuntura momentânea. Mas sim assegurar a participação de todo o povo - por meio da formulação de leis, decisões e mecanismo de participação popular - e dos movimentos sociais nas decisões de políticas públicas. A reforma não pode se restringir a uma mudança político-eleitoral. É essencial que seja mais abrangente, democrática e participativa e, assim, consolide as bases para uma nação com plena democracia.

Ainda, quando falamos em sistema político, não estamos falando apenas do aspecto eleitoral, mas sim de todos os processos e instituições que de uma forma ou outra exercem poder sobre os espaços de decisão e nas vidas das pessoas.

Propostas sairão de dois eixos principais

A realização de uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o sistema político brasileiro precisa se debruçar em construir propostas a partir de dois grandes eixos: o primeiro é o aperfeiçoamento da democracia representativa, com a reforma do sistema eleitoral; e o segundo dá conta do fortalecimento da democracia direta e participativa, com controle social.

Somente com a articulação desses dois eixos, poderemos obter avanços significativos nas reformas que defendemos, criando novas institucionalidades democráticas nas quais a soberania popular realmente seja a fonte do poder.



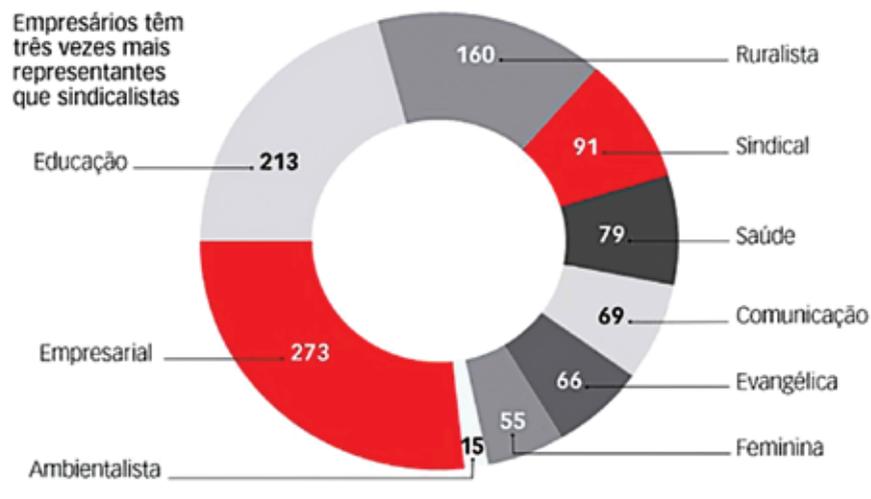
Aperfeiçoar a democracia representativa

O sistema eleitoral é marcado por uma profunda distorção da realidade brasileira. Dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores) eleitos em 2010, 273 são empresários, 160 compõem a bancada ruralista, 66 são da bancada evangélica e apenas 91 parlamentares são considerados representantes dos/as trabalhadores/as, da bancada sindical. Os dados são do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Se os trabalhadores e trabalhadoras são maioria da população, por que não são nos parlamentos?

As mudanças no sistema eleitoral devem enfrentar e alterar os mecanismos que mantêm esses setores excluídos dos espaços de poder e de decisão. Para atingir esse objetivo, são necessários três elementos centrais: enfrentar a imposição do poder econômico, combater o oportunismo eleitoral e enfrentar a sub-representação.

O Congresso por representação

Empresários têm três vezes mais representantes que sindicalistas



Fonte: Diap

Enfrentar o poder econômico

Só teremos avanços na proposta da reforma política se esta questionar o atual modelo de financiamento privado de campanhas. Será que alguém acredita realmente que um empresário ao doar cem ou duzentos mil reais a uma campanha política o faz por querer "um país melhor"? Não espera ou até mesmo exige nada em troca? Faz mal para a democracia que candidatos e candidatas dependam do dinheiro de grandes empresas para fazer campanhas e serem eleitos.

Em 2008, as empresas doaram 86% dos recursos totais da campanha eleitoral. Em 2010, 91%, e, em 2012, somaram 95%. Esses números são indicadores das causas do agravamento da crise de representação política. Cada vez mais os eleitos se aproximam de seus financiadores (os donos das empresas) e se distanciam do povo, o que provoca uma justa indignação e desconfiança na sociedade. Para enfrentar o poder e a força do dinheiro, precisamos instituir o financiamento público de campanha. Em 2010, os gastos declarados pelos candidatos a governador dos 26 Estados e do DF somaram R\$ 735 milhões, de acordo com dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Como é hoje, uma liderança popular sempre sai em desvantagem na disputa eleitoral, pois no atual sistema as eleições passaram a ser um grande negócio.

Gastos Médios Dos Candidatos Nas Campanhas

Candidatos	Gasto em 2010
Governador	R\$ 12,2 milhões
Senador	R\$ 3,7 milhões
Deputado federal	R\$ 996 mil
Deputado estadual	R\$ 428 mil
Média geral	R\$ 4,4 milhões

Garantir representação popular

O sistema eleitoral brasileiro adota o tipo de votação nominal nas eleições proporcionais (vereadores/as e deputados/as). Votamos em um nome e não em um programa partidário, que um conjunto de representantes vai defender. Por conta disso, a disputa eleitoral é feita em torno de projetos individuais e não coletivos.

Além disso, com a votação nominal, abrem-se brechas para partidos de aluguel, sem projeto ideológico ou identidade programática entre seus filiados. Romper com isso é romper com a lógica da privatização da política. Esta questão tem relação direta com a discussão do financiamento. As elites são contra o financiamento público porque inviabilizaria a eleição de "seus nomes" que somente acontece porque há votação em pessoas e não em programas.



A sub-representação da mulher

Não é possível falar em democracia representativa diante do fato de que mais da metade da população brasileira, as mulheres, não está devidamente representada no Congresso Nacional.

As mulheres ocupam 9% dos mandatos na Câmara dos Deputados e 12% no Senado. No item igualdade de gênero na política, o Brasil está em 106º lugar entre 187 países. Nas eleições municipais de 2012, foram eleitas 7.648 mulheres para ocupar prefeituras e câmaras municipais em todo o Brasil - 13% do total de vagas disputadas e um recorde positivo na história brasileira.

Os movimentos sociais defendem a garantia de instrumentos que possibilitem a ampliação da participação das mulheres na política, como, por exemplo, listas com paridade e alternância de sexo, fundamentais para a democratização do Estado, com reflexos positivos na construção de políticas para ampliar a autonomia das mulheres.



A sub-representação da população negra

O texto da reforma do sistema eleitoral brasileiro precisa propor mecanismos para enfrentar a sub-representação da população negra na política. No Brasil, 51% se autodeclararam negros/as, segundo o Censo 2010 do IBGE. Porém, apenas 8,5% (43) do total de parlamentares no Congresso Nacional se autodeclararam negros/as. Menos da metade das 27 unidades federativas tem representantes negros/as na Câmara.

Em sete assembleias legislativas (Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) não há nenhum/a parlamentar que se autodeclara negro/a.

Cabe ao Estado brasileiro reconhecer a desigualdade de condições sociais e de representação política entre brancos e não brancos e do ponto de vista de uma reforma política que institua mecanismos de equidade de gênero e raça/cor no escopo da reforma, criando condições para alcançarmos paridade entre negros e brancos e entre mulheres e homens.



A sub-representação Indígena

No Brasil, Segundo o Censo de 2010 do IBGE, 817,9 mil pessoas se auto-declararam indígenas, o que inclui os residentes em terras indígenas (demarcadas) e os indígenas declarados fora delas. Além disso há 78,9 mil pessoas que se consideram indígenas por questões de tradições, costumes, cultura, entre outros. Assim, podemos considerar que a população indígena brasileira é de 896,9 mil pessoas, com 305 diferentes etnias. Sendo que, 63,8% desse total está em áreas rurais e 32,3%, em urbanas.

Os povos indígenas, despossuídos de suas terras, e dispersos pelo território nacional, vivem uma situação particular de participação na política institucional, primeiramente porque não possuem nenhuma representação no Congresso Nacional e, por sua densidade populacional, dificilmente teriam condições de garantir uma cadeira proporcional que fosse de representação indígena no parlamento nacional.

Nessa situação está colocada a questão de garantir o direito à representação aos povos indígenas. Sob que forma fazê-lo é preciso, em primeiro lugar ouvir, sobretudo, o que eles pensam do problema da representação.

Um novo sistema político precisa incluir a representação das população indígenas, para que estes sejam a voz de suas próprias reivindicações por direitos sociais e políticos.

O índio brasileiro

- 890 mil é o total de índios/as no Brasil;
- 0,4% do total da população;
- 305 etnias;
- 274 línguas distintas;
- 505 terras indígenas (igual a 12% do território brasileiro);
- 76% é a taxa de alfabetização;
- 12% moram em ocas ou 'malocas'.

Fontes: Funai e IBGE-Censo 2010

A sub-representação da juventude

Para ser de fato representativa, a política deve trazer para o seu seio setores da sociedade até então afastados. Democratizar os espaços de poder é tornar a política mais acessível e menos excludente.

O número total de jovens entre 15 e 24 anos no País supera os 50 milhões, o que corresponde a um quarto do total da população brasileira, conforme dados do IBGE do Censo 2010. O número de jovens cresceu 19,5% desde o levantamento anterior, em 2002, que apontou 33,8 milhões. Os jovens são 40% do eleitorado no País (de 16 a 35 anos), mas menos de 3% no Congresso Nacional.

Não queremos a “inclusão” nesta ordem que aí está. Queremos mudar esta ordem. Queremos construir uma outra institucionalidade.

Por isso, pensamos o debate sobre a Reforma do Sistema Político como um elemento-chave na crítica às relações que estruturam este mesmo sistema. Entendemos que o patrimonialismo e o patriarcado a ele associado; o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanha; a relação entre o populismo e o personalismo, que eliminam os princípios éticos e democráticos da política; as oligarquias, escoltadas pela corrupção e sustentadas em múltiplas formas de exclusão (pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo machismo, pela homofobia e outras formas de discriminação) são elementos estruturantes do atual sistema político brasileiro que queremos transformar. Lembrando que o nosso sistema político oriundo da Constituição de 1988 não rompeu com várias amarras criadas na ditadura.



A participação social Fortalecimento da democracia direta

Há uma urgente necessidade de reformar o poder do Estado para democratizar as formas de exercê-lo e ampliar as alternativas de submetê-lo ao controle popular. Também aperfeiçoar a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, no que se refere ao processo de elaboração e execução do orçamento, para aumentar a transparência e reduzir as vulnerabilidades que levam a distorções na aplicação dos recursos públicos.

É essencial o fortalecimento de mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular, assim como o aperfeiçoamento de instrumentos de democracia participativa e controle social. É preciso garantir o poder do povo de decidir sobre questões de interesse nacional, com a instituição de mecanismos de participação efetiva no desenvolvimento de políticas.

A prática de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais à vida dos/as brasileiros/as precisa deixar de ser uma excepcionalidade. É preciso também democratizar as regras para validação de projetos de lei de iniciativa popular.

Um dos instrumentos para fortalecer a democracia direta é o povo ter o poder de convocar plebiscitos e referendos (hoje só o Congresso pode fazer isso) e definir que sobre determinados temas somente o povo pode decidir, por meio desses instrumentos. Por exemplo: limite da propriedade da terra, privatizações, leilões de riquezas estratégicas, grandes obras e eventos.

A participação social Fortalecimento da democracia direta

O fato de o Estado ser o ator central em todo processo decisório implica que mudanças em suas instituições são indispensáveis a qualquer estratégia de construção de um novo sistema político. Mudanças também no sentido de destruição de determinadas instituições que inviabilizam transformações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Portanto, fazem parte dessa estratégia mudanças profundas na própria estrutura do Estado, em todas as suas esferas - federal, estadual e municipal -, nos âmbitos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Por isso, nos opomos ao paradigma do Estado mínimo e à concepção neoliberal de Estado e ao endeusamento do mercado, que transforma a cidadania em consumo.

Entendemos que não existe aprofundamento democrático e reforma no plano político sem uma verdadeira reforma nos espaços públicos de decisão das políticas econômicas.

O que é um plebiscito?

É uma consulta na qual os cidadãos/ãs votam para aprovar ou não uma questão. Uma lei pode ser aprovada ou rejeitada por meio de um Plebiscito ou referendo.

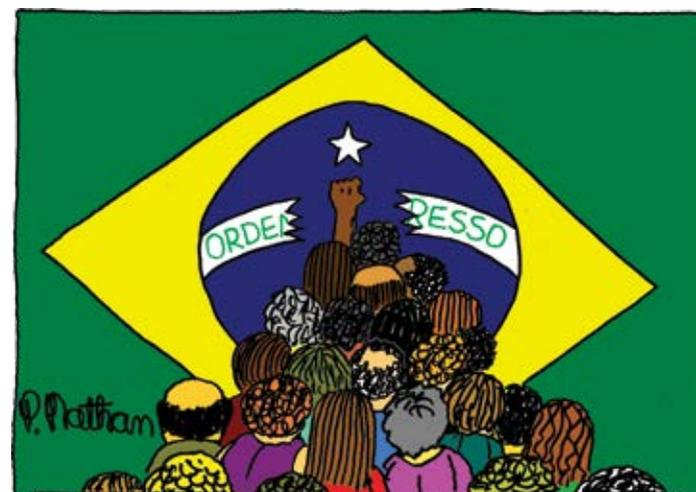
No Brasil, a Constituição Federal, que é de 1988, determina por meio do artigo 48 inciso XV que somente o congresso nacional pode autorizar o referendo e convocar o Plebiscito. Portanto, atualmente um plebiscito somente poderá ser legalmente convocado pelo congresso nacional (composto por deputados federais e senadores). Isso precisa mudar. Instrumento da democracia direta tem que estar na mão do povo.

A maioria dos parlamentares fará tudo o que puder para impedir uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, pois não quer mudar as regras que lhes permitem o controle do poder.

O que é um plebiscito popular?

Um Plebiscito Popular é organizado por movimentos sociais e todos os cidadãos e cidadãs que quiserem trabalhar para que ele seja realizado, ele é muito representativo porque é organizado pelo povo.

O Plebiscito Popular não tem valor legal, mas exerce uma forte pressão política e social, permitindo que milhões de brasileiros/as expressem a sua vontade política.



População disse não à Alca

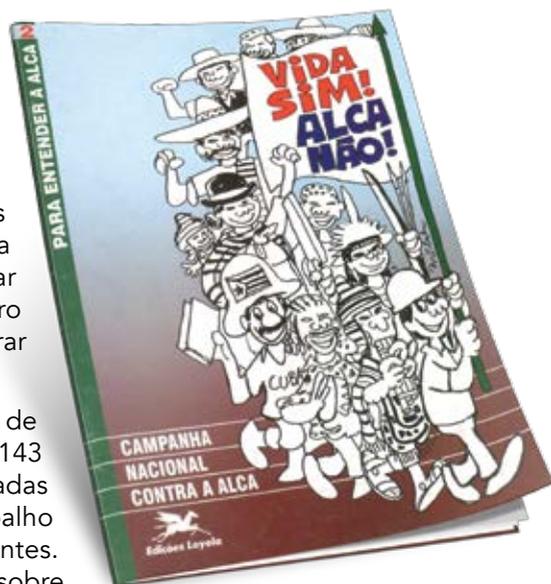
Quando os Estados Unidos e o então presidente Fernando Henrique Cardoso queriam que o Brasil integrasse a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), entidades e movimentos sociais contrários se reuniram para organizar um Plebiscito Popular perguntando ao povo brasileiro se o Brasil deveria ou não entrar nesse Tratado de Comércio.

Entre 1º e 7 de setembro de 2002, foram coletados 10.234.143 votos em 46.475 urnas instaladas em todo o País, graças ao trabalho voluntário de 157.837 participantes. O resultado não deixou dúvida sobre a vontade da população: 98,32% dos eleitores/as se declararam contra a entrada do Brasil na Alca.

Apesar de não ter valor legal, a maciça participação no Plebiscito Popular foi fundamental para que a proposta da Alca fosse rejeitada.

No mesmo Plebiscito Popular, havia uma pergunta sobre o Brasil ceder o território de Alcântara, no Maranhão, aos Estados Unidos que ergueria no local uma base militar. Resultado: 98,54% das pessoas que votaram foram contra, e o acordo para a Base de Alcântara acabou sendo anulado.

Também foram realizados importantes Plebiscitos Populares a respeito de temas fundamentais, como em 2000, sobre a dívida Externa, e em 2007, sobre a Privatização da Companhia Vale do Rio Doce, além de muitos outros.



Por que um plebiscito popular?

O Plebiscito Popular é uma construção da democracia, da justiça, da solidariedade e da vida no Brasil. Um exercício de cidadania que desperta a consciência sobre o tema e constrói musculatura social para que possa ser conquistado, revelando qual é a verdadeira vontade do povo.

É também uma forma de luta. Se a maioria dos deputados e senadores se recusa a alterar o sistema político e não convoca, a população se organiza e constrói o Plebiscito Popular. Uma forma de luta em que todos podem participar.

Em 15 de setembro de 2013, 74 movimentos sociais e entidades de todo o país, reunidos em Plenária Nacional, decidiram convocar um Plebiscito Popular a ser realizado entre 1º e 7 de setembro de 2014. O objetivo é consultar a população para saber se ela é a favor ou não da convocação de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Para construir um plebiscito popular sobre a Constituinte Exclusiva precisamos

Organizar debates políticos sobre o tema em todos os lugares possíveis e dialogando com toda a população

- Um processo de votação transparente, sério com credibilidade pública;
- Um sistema de votação que garanta unidade nos métodos e na simbologia em todo país;
- Um processo de votação ágil, desburocratizado que motive as pessoas a participar;
- Condições para que toda a população possa votar, buscando atingir o maior número possível de eleitores;
- O envolvimento do maior número de pessoas engajadas de forma voluntária.

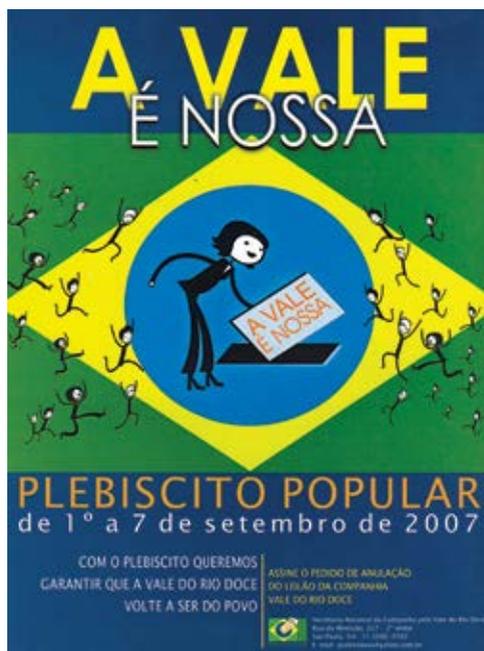
A preparação do plebiscito popular

A nossa tarefa principal é a de conscientizar, politizar e organizar a população. Para isso, será necessário desenvolver todas as formas de luta, mobilização o trabalho de base. O desafio prioritário, e maior de todos, é envolver o máximo de participantes nessa construção.

O mais importante é o nosso trabalho junto à base, para esclarecer a população nos bairros, na visita de casa em casa, nos locais de trabalho, nas escolas e universidades, igrejas, feiras, campo, sindicatos, associações, etc. A meta é atingir cada canto do país e alcançar a maior votação possível.

Para nos organizarmos, construiremos Comitês Populares, convocando amplamente todos os interessados em participar da campanha. O critério é a disposição voluntária e militante do maior número possível de pessoas. Que seja um espaço de participação popular, massiva, militante e de cidadania.

Realizaremos cursos amplos e massivos para ajudar os participantes a compreender a proposta da campanha e divulgá-la.



Como participar do Plebiscito Popular

Com muita alegria e disposição começamos a nos organizar em Agosto de 2013 para que cada vez mais pessoas possam participar do processo de debates e de organização que culminará com a votação do Plebiscito na **Semana da Pátria (1º a 7 de setembro) de 2014**. Qualquer pessoa ou grupo pode organizar um local de votação com uma urna.

O plebiscito está em construção e prevê muitas atividades de organização, formação política e lutas até a sua realização na Semana da Pátria. Você pode participar do Plebiscito Popular de várias formas. Para ajudar organizamos um pequeno roteiro:

Procure um comitê popular perto de você

Mas antes entenda o que é um Comitê Popular

É um grupo de organizações e/ou pessoas que desejam construir e participar do Plebiscito. O grupo não precisa ter um "espaço" físico (sede ou algo do tipo) para se reunir; o importante é que o Comitê sirva para organizar atividades relativas ao Plebiscito durante todo o ano até chegar a Semana da Pátria de 2014, quando será realizado.

Esse Comitês podem ser organizados por Estados, municípios, bairros, escolas, igrejas, sindicatos, associações de bairro, universidades, comunidades rurais, grupos culturais, entre outros.

Comitês que já existem

Os Comitês Estaduais já começaram a se organizar realizando **Plenárias nos Estados** com todos os que querem se somar a essa luta.

As Plenárias/Reuniões Estaduais organizam diversas atividades, como **Cursos Estaduais de Formação de Formadores** (fevereiro e março de 2014); **Cursos Massivos ou "dos Mil"** (abril e maio de 2014). Além dessas ações, os Comitês podem organizar outras atividades de debate e divulgação do Plebiscito.

Para que nossa Campanha seja grande e forte, a **comunicação entre os Comitês** é muito importante. Por isso entre em contato (por e-mail, telefone ou facebook) com o Comitê do seu Estado, lá haverá pessoas que podem ajudar a organizar o Comitê na sua cidade. Os contatos você encontra nesta Cartilha e também na nossa página na internet.

Crie um comitê popular pela constituinte

O primeiro passo para criar um Comitê é que exista uma pessoa interessada em participar do Plebiscito. A partir daí, você pode chamar seus familiares, amigos, colegas de escola, pessoas próximas para se juntar e organizar o Comitê. Formado o Comitê e em contato com os Comitês do seu município, de municípios próximos ou do seu Estado é só começar a organizar atividades!

Seguem orientações de como organizar e de que atividades são necessárias para o funcionamento de um Comitê Popular em nível local ou de base. Essas são apenas orientações, é possível ser criativo e utilizar todas as formas possíveis para formar o maior número de Comitês Populares que reúnam o maior número de pessoas.

Tudo isso ajudará a multiplicar a ideia do Plebiscito para que atinjamos nossa meta: arrecadar mais de 10 milhões de votos por todo o Brasil!!!

Quem pode participar?

Toda e qualquer pessoa que tiver disponibilidade em organizar alguma atividade pela Constituinte pode participar da Campanha.

Não precisa ter nenhuma representação, de nenhum movimento ou entidade.

A participação pode ser pessoal, individual. Além disso, vale destacar que, da mesma forma, qualquer pessoa pode tomar a iniciativa de organizar um Comitê Popular na sua área de atuação.

Nossa meta é ter ao menos um Comitê Popular em cada bairro das grandes cidades, em cada município do interior, em cada paróquia, assentamento, comunidade de todos os estados brasileiros.

Em que locais é possível organizar comitês populares

- No bairro ou vila da nossa cidade;
- Numa empresa, fábrica, comércio, cooperativa, etc.;
- Com seu grupo religioso;
- No sindicato, seja pelos associados, seja pelos funcionários;
- Nas Escolas de Ensino Médio;
- Nas Faculdades/Universidades;
- Nos quartéis;
- Nos acampamentos e assentamentos;
- Nos povoados, agrovilas, ou distritos dos municípios;
- Numa instituição pública: Prefeitura, Secretaria de Governo, etc.;
- Numa entidade, grupo, coletivo, ONG, etc.

Como organizar as reuniões

Assim que as pessoas se organizem no Comitê é importante definir uma "rotina", um hábito de reuniões. Por exemplo, toda segunda-feira do mês ou a cada 15 dias, sempre na 1ª e 3ª segundas-feiras

Também é importante escolher um horário que facilite a participação de todos. Por exemplo, no final do horário de trabalho, à noite ou num sábado à tarde.

O local da reunião deve ser de fácil acesso e, de preferência, sempre o mesmo.

Cada Comitê deve ter um coordenador e/ou uma coordenadora que tenha o papel de articular, convocar e lembrar as pessoas da reunião

É importante escolher alguém para anotar num caderno os encaminhamentos definidos, para que, a cada nova reunião seja iniciada com a leitura dos encaminhamentos da reunião anterior. Dessa forma, dá para conferir se cada um/a conseguiu cumprir o combinado e metas da reunião anterior

Todos/as devem estar atentos/as para que as reuniões tenham "clima" de companheirismo e solidariedade, sem disputas e em ambiente animado e fraternal.

Pode-se iniciar a reunião com uma música da Campanha (ou outra combativa que todos saibam), uma poesia, texto, pensamento. Os símbolos também são muito importantes na reunião: o local pode ser adornado com a Bandeira do Brasil, bandeiras dos Movimentos Sociais, partidos, cartazes da Campanha.

Que atividades o comitê pode organizar

A autoformação do grupo que participa do Comitê

O Comitê pode aproveitar as reuniões para ler e estudar os materiais da Campanha. Sugerimos que cada primeira meia-hora da reunião seja dedicada a Formação do Grupo, pode ser um Capítulo das cartilhas da Campanha ou de um Livro sobre o tema; uma notícia sobre o tema da Constituinte e da Reforma Política, que saiu nos grandes meios de comunicação (Televisão, rádio, etc) ou pela internet, pois estes são os temas que toda a população ouve ou lê diariamente. Evidentemente cada Comitê é livre para estabelecer sua dinâmica de funcionamento e discussão.

Propaganda e difusão da Campanha pela Constituinte

O Comitê pode divulgar os Materiais produzidos pela Campanha ou confeccionar seus próprios materiais de divulgação como:

- Colagem de cartazes em locais públicos e de grande circulação;
- Distribuição de jornais e panfletos em locais públicos e de grande circulação (postos de saúde, terminais de ônibus, de metrô, etc.);
- Materiais da internet: notícias do site, memes e virais facebook, videos do youtube, hashtags no twitter;
- Programas de rádio e de televisão;
- Realizar grafitis pelas cidades;
- Utilizar serviços de auto-falantes ou carros de som para percorrer a comunidade.

Que atividades o comitê pode organizar

Mutirão de Esclarecimento

O Comitê pode organizar Mutirões Pedagógicos no seu local de ação, como nos bairros, universidades, igrejas, etc. Percorrendo de casa em casa, de sala de aula em sala de aula, para esclarecer e dialogar com toda a população sobre a Campanha, entregar materiais, convidar para as atividades do Comitê.

Arrecadação de Recursos

É importante que o Comitê discuta formas de arrecadar recursos financeiros no nível local para conseguir comprar e imprimir materiais; para enviar pessoas para participar de reuniões/plenárias/cursos de formação estaduais ou nacionais.

Atividades Culturais

As atividades culturais são uma forma importante de demonstrar para o povo, de forma didática, o que queremos com a Constituinte. Os comitês podem organizar noites culturais promovendo shows musicais, peças de teatro, saraus, poesias, entre outras atividades.

Manifestação Popular

Cada Comitê pode se organizar para participar das Mobilizações Populares pela Constituinte. Para isso devem estar atentos para a divulgação desses momentos, que podem ser passeatas, protestos, greves, etc. As mobilizações podem ocorrer no seu município, na capital dos estados, etc.

Preparação da votação, das urnas e da contagem de votos

Durante o Mês de Agosto, o Comitê Popular terá o papel de preparar todo o Processo do Plebiscito Popular. Para isso é preciso:

- **URNAS** se há uma na sua área ou se precisam ser confeccionadas com Papelão;
- **LOCAIS** nos quais serão instaladas as urnas;
- **CÉDULAS** ver como serão impressas as cédulas padrão, se na região ou se terão que pedir para o Comitê Estadual;
- **MESA ELEITORAL** ver a duplas de pessoas que cuidará de cada urna, e em que período/horário, já que a votação será durante toda a Semana da Pátria, de 01 a 07 de Setembro de 2014;
- **CONTAGEM** organizar uma Comissão, um grupo de pessoas, para contar os votos. E a partir do dia 08 de Setembro, preencher os formulários e enviá-los para a Secretaria Estadual da Campanha;
- **DIVULGAÇÃO** divulgar, dar conhecimento público, do resulta do Plebiscito na sua área de Atuação.

Articulação entre os comitês locais, municipais e estaduais

Se em um mesmo município forem organizados diversos Comitês Populares pode-se como passo seguinte articular um Comitê Municipal que reúna os diversos Coordenadores(as) dos Comitês locais.

O Comitê Municipal pode organizar atividades, impressão de materiais, mobilizações entre os vários comitês. Além disso, pode ter um local de referência do Município aonde se encontrem regularmente.

Já o Comitê Estadual da Campanha pela Constituinte deve estar atenta e estimular a formação de novos Comitês, organizando um Registro que tenha o Nome, Endereço e contato de cada coordenador(a) dos Comitês Locais e Municipais que vão se formando.

Multiplique essa ideia

Organizar o Comitê e suas atividades é um passo importante de organização do Plebiscito, mas também é possível multiplicar essa ideia de outras formas. Hoje a Internet é um meio de comunicação cada vez mais acessível para a população brasileira, as redes sociais têm milhões de acessos diários e, ainda que tenham limites, é um espaço muito mais democrático que a mídia 'grande' mídia - jornais, televisão e rádio. Por isso, você pode contribuir:

- Divulgue nosso site na sua página!
- Acesse nossa página do facebook e compartilhe!
- Baixe e Divulgue nossas músicas e clipes!
- Baixe e Divulgue nossos vídeos!
- Baixe e Divulgue nossa cartilha!

Contribua com o plebiscito popular

Para organizar todas essas atividades são necessários recursos financeiros para impressão de materiais, custos com cursos/atividades diversas, transporte para Plenárias Estaduais e nacionais do Plebiscito, entre outros.

Para isso temos uma Campanha de Doações para o Plebiscito. É possível doar da seguinte forma:

Depósito em Conta Bancária: doações em cheque ou dinheiro

A Conta Bancária que será utilizada pela nossa Campanha foi cedida por gentileza dos companheiros da Cáritas Regional São Paulo, seguem os dados completos abaixo:

Banco do Brasil - Titular: Cáritas Brasileira Regional São Paulo

CNPJ: 33.654.419/0009-73

Agência: 2800-2 e Conta Corrente: 30.000-4

Vakinha On Line:

Doações pela internet através de boleto bancário ou cartão de crédito (parcelado em até 12 vezes). É só acessar o link:

<http://www.vakinha.com.br/VaquinhaP.aspx?e=233097> e Contribuir!

Contatos nacionais e estaduais

Secretaria Operativa Nacional

Páginas na Internet: www.plebiscitoconstituente.org.br
www.facebook.com/plebiscitoconstituente

Email: plebiscitoconstituente@gmail.com

Endereço: CUT Nacional - Rua Caetano Pinto, 575, 5º Andar

Telefone: 011- 2108-9336

Comitês Populares Estaduais

- Alagoas: plebiscitoconstituente.al@gmail.com
- Bahia: plebiscitopopularbahia@gmail.com
- Ceará: plebiscitoconstituentece@gmail.com
- Distrito Federal: plebiscitoconstituitedf@gmail.com
- Espírito Santo: plebiscitoconstituente.es@gmail.com
- Goiás: plebiscitoconstituintego@gmail.com
- Mato Grosso: plebiscitoconstituintemt@gmail.com
- Mato Grosso do Sul: plebiscitoconstituintems@gmail.com
- Minas Gerais: plebiscitopopularmg@gmail.com
- Pará: plebiscitoconstituintepa@gmail.com
- Paraíba: plebiscitoconstituintepb@gmail.com
- Paraná: plebiscitopopularparana@gmail.com
- Pernambuco: plebiscitopopular.pe@gmail.com
- Rio de Janeiro: plebiscitoconstituinterj@gmail.com
- Rio Grande do Norte: plebiscitopopularrn@gmail.com
- Rio Grande do Sul: constituinters@gmail.com
- Rondônia: recid.ro@gmail.com, mabrondonia@hotmail.com
- Santa Catarina: plebiscitopopular.sc@gmail.com
- São Paulo: plebiscitoconstituintesp@yahoo.com.br
- Sergipe: plebiscito.se@gmail.com
- Tocantins: plebiscitotocantins@gmail.com

OBS: Os estados que ainda não tem e-mail de contato (Acre; Amazonas Amapá; Maranhão; Piauí; Roraima) estão em processo de articulação dos Comitês Estaduais. Neste caso, indicamos que procure uma das entidades nacionais no seu estado ou entre em contato com a Secretaria Nacional.

O que entendemos por esses conceitos:

- **Patriarcado:** Qualquer sistema de organização política, econômica, cultural, industrial, financeira, religiosa e social na qual a esmagadora maioria de posições superiores na hierarquia é ocupada por homens.

- **Patrimonialismo:** Conduta política de elites dominantes no exercício de funções públicas de governo, que se caracteriza pela apropriação do que é público - do Estado, suas instituições e seus recursos - como se fosse patrimônio privado.

- **Oligarquia:** Forma de governo em que o poder está concentrado nas mãos de um pequeno número de indivíduos, em geral com laços familiares e/ou vínculos partidários, e pertencentes a classes sociais privilegiadas. A organização política patriarcal e a conduta patrimonialista são traços marcantes dos poderes oligárquicos.

- **Nepotismo:** Prática de favorecimento e distribuição de empregos a parentes por parte de pessoas que exercem cargos e funções públicas.

- **Clientelismo:** Prática baseada na troca de favores e no apadrinhamento, usando-se as estruturas e serviços públicos no interesse particular daqueles que exercem a função pública.

- **Personalismo:** Culto às personalidades, com a consequente desvalorização do debate político e a despolitização dos conflitos.

- **Corrupção:** é um outro lado da moeda da oligarquia, pois envolve apropriação e desvio de recursos públicos para fins particulares de quem já tem poder, além de servir como instrumento de ficar imune às punições legais e meio para manter-se no poder. Portanto a corrupção esta associada a oligarquização do poder, em outras palavras, só pode "ser corrupto ou ser corruptor" quem tem dinheiro e poder.

Sabemos dos limites da democracia liberal e do próprio capitalismo, mas entendemos que, mesmo com esses limites, é possível avançarmos na direção de um projeto político de sociedade centrado no combate a todas as formas de desigualdades e que começa com a construção de um outro sistema político.

**Está é uma publicação realizada pela
Plenária Nacional dos Movimentos Sociais**

Edição

Secretaria Nacional de Comunicação da CUT

Capa

Diva Braga

Ilustrações

Pedro Nathan

Projeto Gráfico e Diagramação

M.Giora Comunicação

Impressão

Bangraf

Tiragem

50.000 mil

São Paulo, Fevereiro de 2014.

FREVINHO

**JÁ CHEGA DE POLÍTICA SEBOSA
JÁ CHEGA DE CORRUPÇÃO
NÓS TEMOS QUE MUDAR ESSA PROSA
CONTANDO JUNTO COM O POVÃO**

REFRÃO:

**CONSTITUINTE PRA CÁ
CONSTITUINTE PRA LÁ
COM A CONSTITUINTE
NOSSA VIDA VAI MUDAR**

**E NESSE JOGO O POVO JÁ ENTRA PERDENDO
VEJA QUE SITUAÇÃO
O TIME DAS EMPRESAS TÁ VENCENDO
COMPRA JUIZ, MÍDIA E ELEIÇÃO**

REFRÃO:

**CHEGUE MULHER, JOVEM, ÍNDIO E NEGRO
CONSTRUIR A SOLUÇÃO
SAÚDE, MORADIA E PASSE LIVRE
E NÃO ESQUEÇA A EDUCAÇÃO**

REFRÃO:

**CHEGOU A HORA DA VIRADA
O POVO VAI PARTICIPAR
COM O PLEBISCITO
CONSTITUINTE JÁ!**

Secretaria Operativa Nacional

Páginas na Internet: www.plebiscitoconstituente.org.br

www.facebook.com/plebiscitoconstituente

Email: plebiscitoconstituente@gmail.com

Endereço: CUT Nacional – Rua Caetano Pinto, 575, 5º Andar

Telefone: 011- 2108-9336